

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINI – 2023.

Às quatorze horas do dia vinte e nove de junho do ano de 2023 compareceram para a sexta reunião referente a análise do quinto mês do corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Presidente do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 422/2022, de 18 de novembro de 2022: Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andréa Ribeiro Rodrigues, Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, Sra. Márcia da Costa Melo e Sr. Vinícius Carballo de Souza Ribeiro, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que os investimentos se enquadram dentro da Política de Investimentos. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI NO MÊS DE MAIO:** Sobre este item foram apresentados os documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira referente ao mês em análise, o enquadramento já citado no item "a" de acordo com a Resolução 4963/2021 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, a rentabilidade e o risco da carteira e ainda o resultado das aplicações financeiras após as movimentações durante o mês de maio. O primeiro documento (página 1), que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de **R\$ 14.256.867,09** (quatorze milhões duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e sessenta e sete reais e nove centavos), demonstrando um retorno no mês de 1,14%, ou seja, **R\$160.464,50** (cento e sessenta mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos). O que representa um retorno acumulado no ano de 5,34%, resultando em 109,81% de atingimento da meta atuarial de 2023. A tela de sistema (página 2), referente ao enquadramento à Resolução 4963/2021 e à Política de Investimentos, aponta que do total aplicado, 98,49% estão alocados em renda fixa que equivale a R\$ 14.042.035,57 e 1,51% estão alocados em renda variável que equivale a R\$ 214.831,52. Detalhando o resultado da carteira, podemos observar, com exceção do fundo Caixa Brasil 2024 IV Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 20.139.595/0001-78), que os demais fundos que compõem a carteira de investimentos do PREVINI apresentaram rendimentos positivos. O destaque, em termos percentuais, ficou com o fundo de renda variável Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com, porém os fundos de renda fixa Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC Renda Fixa (CNPJ 21.838.150/0001-49) e BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário (CNPJ 07.111.384/0001-69) apresentaram, respectivamente, retorno de 5,24%, rentabilizando de R\$2.440,49 e retorno de 2,35% rentabilizando R\$22.621,16. Iniciando a análise dos fundos que compõem a carteira, observamos os seguintes desempenhos dos fundos: Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC Renda Fixa (CNPJ 21.838.150/0001-49), com retorno de 2,35% rentabilizando R\$22.621,16; BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário (CNPJ 07.111.384/0001-69), com retorno de 2,17%, rentabilizando R\$ 5.278,51; Itaú Institucional IPCA Action FI Renda Fixa LP (CNPJ 41.234.983/0001-08) com retorno de 1,39%, rentabilizando R\$ 16.459,86; Caixa Brasil Renda Fixa Referenciado DI LP (CNPJ 03.737.206/0001-97), com retorno de 1,18%, rentabilizando R\$30.216,70; Itaú Institucional FI Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ 00.832.435/0001-00), que teve um retorno de 1,16%, rentabilizando R\$ 31.152,88; BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ 13077418/0001-49), com retorno de 1,15%, rentabilizando

R\$11.846,85; Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 10.740.670/0001-06), com retorno de 1,12%, rentabilizando R\$ 10.272,00; Itaú Institucional IRF-M 1 FI Renda Fixa (CNPJ 08.703.063/0001-16), com retorno de 1,12%, rentabilizando R\$ 18.842,00; BB IMA-B 5 FIC Renda Fixa Previdenciário LP (CNPJ 03.543.447/0001-03), com retorno de 0,61%, equivalente a R\$1.705,91; Itaú Institucional IMA-B 5 FIC Renda Fixa (CNPJ 09.093.819/0001-15), com retorno de 0,56%, rentabilizando R\$ 8.577,33; Caixa Brasil 2024 IV Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 20.139.595/0001-78), com retorno de -0,01%, rentabilizando -R\$75,81; Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com retorno de 5,24%, rentabilizando de R\$2.440,49; e Caixa Dividendos FI Ações (CNPJ 05.900.798/0001-41), com retorno de 0,68%, rentabilizando R\$1.126,62. **c) EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO RPPS:** Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes às receitas e despesas do mês de maio de 2023, sendo que, as receitas totalizaram **R\$19.291.177,25 (dezenove milhões duzentos e noventa e um mil cento e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)** e as despesas pagas no mês totalizaram **R\$19.798.928,04 (dezenove milhões setecentos e noventa e oito mil novecentos e vinte e oito reais e quatro centavos)** divididos em **R\$19.231.962,85 (dezenove milhões duzentos e trinta e um mil novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)** referentes a folha de benefícios (aposentadorias e pensões) e **R\$566.965,19 (quinhentos e sessenta e seis mil novecentos e sessenta cinco reais e noventa e cinco centavos)** referentes as despesas administrativas. Foi informado ainda que o valor do orçamento inicial para o ano de 2023 de **R\$213.108.656,01**, empenhada até mês de maio de 2023 o valor de **R\$158.048.481,36**. **d) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO:** Foi realizada breve análise do cenário macroeconômico tomando por base o relatório de mercado Focus do Banco Central do Brasil de 23 de junho de 2023. Conforme mostram os dados do Boletim Focus, o mercado financeiro reduziu sua projeção para a inflação e aumentou para o PIB. Segundo as instituições financeiras consultadas semanalmente pelo Banco Central do Brasil, a expectativa para o IPCA deste ano passou de 5,71%, há quatro semanas, para 5,06%. A projeção de alta do PIB de 2023 passou de 1,26%, há quatro semanas, para 2,18%. A estimativa para o dólar (R\$/US\$) que há quatro semanas estava em R\$5,11, passou para R\$5,00. A expectativa para a taxa de juros Selic se encontra em 12,25% para o final do ano de 2023. Dando prosseguimento, foi apresentado o relatório da Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. empresa que presta consultoria ao Instituto, do dia 26 de junho de 2023, "O índice Ibovespa encerrou a sexta-feira com uma pequena alta em um dia volátil. O índice subiu 0,04% e atingiu 118.977 pontos. Durante a semana, o índice registrou um aumento de 0,18%, marcando a nona semana consecutiva de ganhos. Na economia doméstica, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu manter a taxa Selic em 13,75% na última quarta-feira, em sua sétima reunião consecutiva. O comitê mencionou uma melhora nas perspectivas de inflação, o que pode abrir a possibilidade de um corte na próxima reunião, caso essa tendência continue. No entanto, também ressaltou a necessidade de cautela e parcimônia, o que tem gerado diferentes opiniões no mercado sobre quando e em que magnitude ocorrerá o início do corte na taxa de juros. O Senado Federal realizou modificações no texto do arcabouço fiscal, por isso este deve retornar para a Câmara dos Deputados. Essas mudanças incluíram a exclusão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), da complementação da União ao Fundeb e das despesas com Ciência e Tecnologia do limite de despesas estabelecido pela nova regra fiscal. Essas alterações têm gerado preocupações no mercado ao longo da semana, pois enfraquecem o arcabouço fiscal conforme as expectativas. Foi apresentado um projeto de lei que propõe mudanças na tributação sobre o consumo no país. O texto sugere a criação de um novo imposto chamado IBS, que unificará diversos impostos existentes (PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS e ISS). O objetivo é ampliar a base de tributação, adotar o princípio da não cumulatividade e aplicar uma alíquota única ou diferenciada para

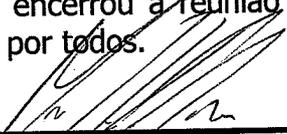
diferentes setores. O projeto será votado em julho, e seu desenrolar será acompanhado nas próximas semanas. Já na economia internacional temos em destaque nos Estados Unidos o Jerome Powell, Presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, que realizou seu discurso semestral perante o Congresso nesta semana. Durante sua fala, Powell enfatizou que o Fed continua comprometido em combater a inflação e indicou que é possível um aumento futuro das taxas de juros. Ele também observou que a pausa na elevação dos juros em junho foi uma decisão prudente, considerando o rápido aumento da taxa de referência nos últimos 12 meses. Essas declarações têm gerado atenção no mercado financeiro. Devido à preocupação com a desaceleração econômica global e dados de atividade mais fracos em junho nos Estados Unidos, os índices das bolsas de Nova York encerraram a semana em queda: S&P 500: -0,77%; Dow Jones: -0,65%; Nasdaq: -1,01%. Esta semana, a China reduziu suas taxas de juros de referência como parte dos esforços para impulsionar sua economia, que está se recuperando de forma mais lenta do que o esperado no pós-pandemia. A taxa primária de empréstimo de um ano e a taxa correspondente de cinco anos foram cortadas em 0,1 ponto percentual, para 3,55% e 4,20%, respectivamente. Setores-chave da economia chinesa, como o comércio exterior e o mercado imobiliário, têm apresentado fraqueza recentemente, os quais foram impulsionadores significativos do crescimento no passado. Com a meta de crescimento do PIB de 5,0% para este ano em risco, espera-se que as autoridades continuem flexibilizando a política monetária e implementem mais estímulos fiscais. E por fim, a inflação ao consumidor no Reino Unido em maio superou as expectativas, atingindo 0,7%, enquanto a inflação de 12 meses se manteve em 8,7%. Em resposta a isso, o Banco da Inglaterra surpreendeu os mercados ao aumentar as taxas de juros em 0,50 pontos percentuais, para 5,00%. O Presidente do banco central admitiu ter subestimado as pressões inflacionárias e errado na condução da política monetária até o momento. Espera-se que os juros continuem subindo até o final do ano. Considerando a elevada taxa Selic atual, os títulos públicos federais apresentam-se como opções atraentes para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), principalmente nos prazos mais curtos. No entanto, devido ao cenário de incertezas, é prudente exercer cautela em relação a novos investimentos em fundos de longo prazo, como o IMA-B 5+. Recomenda-se, também, realizar realocações gradativas de até 10% em fundos com prazos mais extensos, especialmente aqueles que possuam títulos pré e pós-fixados em suas carteiras, como o IMA-Geral. Adicionalmente, é aconselhável destinar 5% dos investimentos em fundos de Gestão Duration, aproveitando a estratégia de gestão ativa oferecida por esse segmento. Em um horizonte de médio prazo, é recomendável alocar 15% dos investimentos em índices pós-fixados, como IDKA IPCA 2A e IMA-B 5. Quanto à exposição de curto prazo, sugere-se investir integralmente 15% em fundos vinculados ao CDI e ao IRF-M1. Para diversificar a carteira, é aconselhável adquirir gradualmente títulos privados, como Letra Financeira e CDB, até atingir uma alocação de 15%. Com relação aos fundos de investimento no exterior, recomendado cautela frente à discussão quanto ao teto de dívida americana que possui potencial de gerar impactos e correções no mercado acionário. Sob o desejo de exposição, vemos como mais prudente, a exposição em títulos de renda fixa públicos e privados limitando-se a 10% do total dos investimentos em fundos que não utilizam hedge cambial e de maneira gradativa afim de realizar preço médio. Essa recomendação leva em consideração o atual cenário econômico e a expectativa de estabilização da taxa de juros nos Estados Unidos. Quanto aos fundos de ações relacionados à economia doméstica, sugere-se entrar no mercado de forma gradual, aproveitando oportunidades na bolsa de valores para construir um preço médio mais favorável". Na sequência foi apresentado o Cenário macro-Brasil do Banco Itaú Unibanco S.A., "Atividade resiliente, inflação menor, redução gradual de juros" divulgado no dia 13 de junho de 2023, "Revisamos nossa projeção para o crescimento do PIB em 2023 de 1,4% para 2,3%, diante do crescimento acima do esperado no 1T23 e da expectativa de que, a despeito dos efeitos do aperto monetário, o consumo vai se

manter sustentado pela renda nos próximos trimestres. Também aumentamos nossa expectativa para 2024, de 1,0% para 1,5%. Em meio à resiliência do mercado de trabalho, reduzimos nossa projeção para a taxa de desemprego deste e do próximo ano para 8,0% (ante 9,0% e 9,1%, respectivamente). Revisamos a projeção de inflação em 2023 de 5,8% para 5,3%, incorporando preços mais baixos de produtos comercializáveis e corte de 5% nos preços da gasolina na refinaria. Para 2024, revisamos nossa projeção para 4,4%, de 4,5%, com inércia menor, algum grau de reancoragem nas expectativas longas, mas com pressão de hiato apertado. O arcabouço fiscal e as medidas complementares de recomposição das receitas reduzem riscos extremos, mas ainda há desafios de implementação significativos à frente. No curto prazo, a atividade econômica melhor ajuda, e revisamos nossas estimativas de déficits primários marginalmente para 1,0% do PIB em 2023 e 0,8% do PIB em 2024 (anteriormente déficits de 1,2% e 1,0% do PIB, respectivamente), e dívida bruta para 75% e 78% do PIB para esses anos, respectivamente (anteriormente: 76% e 79%). Revisamos nossa projeção de câmbio para R\$ 5,00 por dólar em 2023, de R\$ 5,15, e mantivemos R\$ 5,25 por dólar em 2024. O cenário externo beneficia moedas de carrego, com destaque para moedas da América Latina. No contexto doméstico, houve alguma redução dos ruídos sobre política econômica, e o patamar de taxa de juros também ajuda a moeda. Esperamos que a redução das pressões inflacionárias e uma decisão prudente sobre o regime de metas para a inflação permitirão que o Copom antecipe o ciclo de flexibilização, com corte de 0,25 p.p., em setembro, dois cortes de 0,50 p.p., nas reuniões de novembro e dezembro, o que levaria a taxa Selic a 12,50% ao final de 2023. Para 2024, mantemos Selic de 10%, diante de uma desinflação lenta dos preços de serviços. Acreditamos que a eventual flexibilização da política monetária deveria ocorrer de forma gradual. Por um lado, a queda da inflação corrente tem sido importante. Mesmo que concentrada em itens voláteis e bens industriais, a desinflação tende a ser repassada para itens mais indexados, pela inércia menor. Esses fatores permitirão o início de um ciclo de cortes em setembro. Por outro lado, a inflação permaneceu elevada por um período prolongado, com expectativas longas desancoradas, e há pouca ociosidade no mercado de trabalho, o que implica uma inflação de serviços ainda elevada. Por outro lado, o ajuste fiscal ainda é desafiador e a política monetária nos países desenvolvidos continua avançando em território contracionista. Esses fatores demandam cautela com as projeções de inflação de médio prazo e recomendam uma condução parcimoniosa da distensão monetária, com cortes graduais da taxa de juros. Nossas projeções consideram que o Conselho Monetário Nacional (CMN) manterá a meta de inflação de 3% e o intervalo de tolerância em 1,5 p.p., mudará de ano calendário para meta contínua (ajustando o processo de verificação), mas não imporá um horizonte para o Banco Central (BC) atingir meta. Isso deverá ajudar a reduzir as expectativas inflacionárias e, assim, a viabilizar a antecipação do início da descompressão da política monetária para setembro".

e) ANÁLISE TÉCNICA: Após a apresentação do cenário macroeconômico do Brasil e principais riscos, foi discutido pelos membros do Comitê de Investimentos se a alocação dos recursos financeiros do Instituto está em linha com a política de investimento para o ano de 2023, tendo em vista a necessidade de atingimento da meta IPCA + 4,61%. No retorno mensal atingimos um total de 1,14%% ante uma meta do mês de 0,63%, ou seja, percentual equivalente a quase o dobro da meta mensal. O resultado elevou o retorno acumulado à 5,34%, equivalente a 109,81% da meta para o período. Como nos meses anteriores, a carteira de investimentos apresentou desempenho bastante favorável. Novamente o fundo Itau Institucional Alocação Dinâmica apresentou o melhor desempenho entre os demais fundos. Os fundos IRF-M, IMA-B e DI's apresentaram resultados em linha com a nossa expectativa de rentabilidade, influenciando positivamente a carteira. Destaque para o fundo BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário com 2,17% de rentabilidade, superando os fundos DI's, IMA's e demais fundos IRF-M. O cenário positivo da carteira no mês de maio contou ainda com bom resultado das aplicações em renda variável. No resultado geral, o desempenho da

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU – PREVINI
COMIN – COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

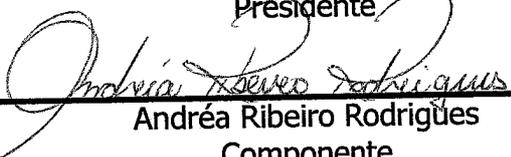
carteira no mês de maio, replicando o bom desempenho dos meses anteriores, vem se mostrando condizente com a proposta contida em nossa política de investimentos visando à obtenção de um retorno observando os critérios de segurança, diversificação, liquidez e rentabilidade. **f) ASSUNTOS DIVERSOS:** O Sr. Fabrício informou aos membros do comitê de investimentos sobre a necessidade de constar em ata a retificação do valor referente a despesa administrativa informado na ata da 4ª Reunião Ordinária do COMIN, realizada no dia 27 de abril de 2023, no item c – Evolução da Execução do Orçamento do RPPS – onde se lê: R\$5635.235,37; leia-se: R\$635.235,37. Assim como, retificar nas atas que seguem: Ata da 2ª Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2023, onde se lê: compareceram para a primeira reunião; leia-se: compareceram para a segunda reunião, Ata da 3ª Reunião Ordinária de 30 de março de 2023, onde se lê: compareceram para a segunda reunião; leia-se: compareceram para a terceira reunião, Ata da 4ª Reunião Ordinária de 27 de abril de 2023, onde se lê: compareceram para a terceira reunião; leia-se: compareceram para a quarta reunião. O Senhor Marcello pediu a palavra para destacar que o atingimento de 109,81% da meta reflete a adequada estruturação da carteira, beneficiada pelos juros em patamares elevados e ganhos adicionais em renda variável. Em sua visão, os juros ainda elevados possibilitarão ganhos nos meses subsequentes e tranquilidade na perseguição da meta. O resultado do mês de junho, que será apreciado na próxima reunião, já indica a manutenção dos ganhos conforme ora afirmado. Todavia, reitera sinalização já contida na Ata anterior onde se ressaltou a necessidade de uma futura e gradual adequação da carteira a uma perspectiva de redução dos juros, utilizando-se os novos ingressos de recursos para este ajuste. A componente Sra. Andrea pediu a palavra e solicitou que os valores que compõem a evolução da execução do orçamento do RPPS sejam consignados por extenso na Ata do COMIN. Solicitou ainda que os relatórios possam ser disponibilizados com antecedência. O Sr. Fabrício informou que atualmente os relatórios já são disponibilizados para consultas no *site* da Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. a partir do dia quinze de cada mês, podendo ser acessados por todos os membros do COMIN. Decidiu-se ainda que para fins de facilitação da análise das informações, os relatórios e a evolução da execução do orçamento do RPPS serão minutados e disponibilizados para os membros do COMIN com um dia de antecedência à reunião. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.



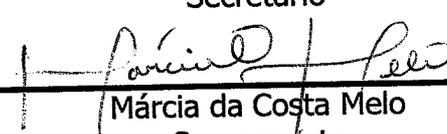
Marcello Raymundo de Souza Cardoso
Presidente



Fabrício Martins Carvalho da Silva
Secretário



Andréa Ribeiro Rodrigues
Componente



Márcia da Costa Melo
Componente



Vinícius Carballo de Souza Ribeiro
Componente

